

NuevaMayoría.com

El portal sociopolítico de Iberoamérica

Dificuldades na aprovação da MP do Meirelles

Nov-30-04 - por Murillo de Aragão

A **Arko Advice** fez uma sondagem na Câmara dos Deputados sobre a votação da MP 207/04, que dá status de ministro ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. A pesquisa ouviu 27 deputados influentes, incluindo dois líderes partidários que pertencem à base do governo. Não há consenso até mesmo entre parlamentares que apóiam o presidente Lula.

De acordo com a sondagem, a votação da MP será, no mínimo, complicada. A data limite para sua aprovação é 13/12. Se não for aprovada até esta data, perde eficácia. A MP é o segundo item da pauta da Câmara de terça-feira.

Além da resistência política verificada na Câmara, o Procurador-Geral da República, Cláudio Fonteles, divulgou parecer no qual aponta várias inconstitucionalidades da medida, o que reforça os adversários da tese.

A resistência à aprovação do texto não é apenas temática. Setores do PT e dos demais partidos de esquerda consideram a iniciativa "neoliberal" e não desejariam apoiá-la. Outros julgam que a votação poderia ser uma boa oportunidade para dar uma lição ao governo por não tratar bem seus aliados. E existem aqueles que poderiam usar a votação da medida para marcar uma posição de independência em relação ao Palácio do Planalto.

Alguns parlamentares acreditam que se o texto fosse modificado, concedendo apenas o foro privilegiado a Meirelles sem que lhe seja dado o status de ministro, sua aprovação poderia ser facilitada. Entretanto, questiona-se a viabilidade jurídica desta solução. O governo estuda uma alternativa jurídica.

Uma alternativa é "segurar" a votação da MP e deixar que ela perca sua eficácia por decurso de prazo. Seria uma forma de evitar as repercussões negativas de uma derrota no Congresso. Esse é o cenário menos provável. Além disso, essa solução tem um problema: significa que o governo perderá tempo (até 13/12) na tentativa de acelerar a votação de temas importantes.

Há quem aposte na retirada da MP e na apresentação de uma emenda constitucional com o mesmo objetivo. Deve-se levar em conta que a votação de uma emenda constitucional é trabalhosa e demorada e requer quorum muito maior.

O fato é que além do desgaste na negociação política, o governo poderá sofrer novo constrangimento no retorno da matéria à mídia.

Cenários para a reforma ministerial

A partir de informações publicadas pela imprensa e consultas da Arko Advice a parlamentares, é possível traçar alguns cenários para a nova composição da equipe ministerial.

Para o Ministério do Planejamento são cogitados os nomes de Ciro Gomes, Aloizio Mercadante, Antonino Trevisan, Jorge Bittar, Paulo Bernardo e Roseana Sarney.

Os dois primeiros são os mais problemáticos. Ciro pelo temperamento mercurial e por idéias pouco convincentes sobre política econômica, criando expectativas de atrito com a equipe econômica. De certa forma, ele se tornaria uma espécie de Carlos Lessa mais moço, mais carismático e sem conhecimentos sólidos de economia.

Aloizio Mercadante também é visto com reservas. Mesmo sem ser temperamental como Ciro Gomes, é dado a declarações de impacto e, em virtude de seus projetos políticos, poderia negar solidariedade a Palocci em um momento de dificuldade.

Trevisan e Bittar são os nomes menos problemáticos e contam com boa aceitação no mercado. A ida de Roseana Sarney requer sua saída do PFL e filiação ao PMDB. Essa possibilidade já foi negada pela própria senadora. De qualquer forma, é possível que o partido não se considere representado por ela. Há ainda no PMDB o sentimento de que seria prestígio demais para o clã Sarney.

Outra pasta que está no alvo da reforma ministerial é o Ministério da Integração Nacional, hoje ocupada por Ciro Gomes (PPS), que seria dada ao ministro das Comunicações, Eunício Oliveira. A cobiça do PMDB é justificada pelo seu orçamento e visibilidade. Entretanto, Lula está satisfeito com o desempenho de Ciro e teria que conseguir um novo posto para ele. Outro problema é que Ciro e Eunício são cearenses e ambos têm como objetivo a disputa pelo governo do Estado. O ministério funcionaria como um trampolim para o cargo. Ciro pode pressionar para ficar e barrar as pretensões de Eunício. A permanência dele também está associada ao caminho que seu partido quer seguir: continuar no governo ou ir para a oposição? Dependendo da decisão, Ciro será obrigado a mudar de legenda para permanecer no governo.

Os peemedebistas estão de olho no Ministério das Cidades, hoje ocupado por Olívio Dutra (PT-RS).

Com a eventual saída de Eunício das Comunicações, o presidente deslocaria Aldo Rebelo para substituí-lo. Como a saída de Agnelo Queiroz do ministério dos Esportes é certa, Lula deve manter o PC do B com um ministério. Ou seja, a permanência de Rebelo na equipe é dada como garantida. Outros destinos possíveis para ele são o Ministério do Trabalho, a presidência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), o ministério da Defesa e até a presidência da Câmara.

O ministério da Previdência deve continuar com o PMDB mas mudar de comando. Amir Lando daria lugar a Romero Jucá, vice-líder do governo no Senado. O PP, que hoje não tem ministério, assumiria a pasta dos Esportes. O nome mais cotado é o do deputado Pedro Henry (PP-MT).

Outra mudança considerada provável é a do ministro da Saúde. No lugar de Humberto Costa entraria Aloizio Mercadante. A nomeação de Mercadante abriria vaga para a liderança do governo no Senado, a ser ocupada por outro petista ou um senador da base. Além de o presidente não estar satisfeito com o desempenho de Costa no Ministério, o episódio conhecido como Operação Vampiro desgastou o ministro. É preciso levar em conta, no entanto, que o governo perderia muito em capacidade de liderança no Senado com a saída de Mercadante.

Patrus Ananias também poderia deixar o ministério de Desenvolvimento Social. Segundo a imprensa, para o seu lugar iria José Dirceu. Entretanto, há dificuldades na ida de Dirceu para o posto de Ananias. O chefe da Casa Civil quer recuperar o poder que tinha antes do escândalo Waldomiro Diniz. Para tanto, luta para manter-se no posto que ocupa hoje e, se possível, voltar a controlar a articulação política.

Na hipótese de saída de Dirceu da Casa Civil, há três nomes cogitados para assumir seu posto: Jorge Viana (governador do Acre), Jacques Wagner (presidente do CDES) e Ricardo Berzoini (ministro do Trabalho). Além dos três, a coordenação política tem um forte candidato em João Paulo Cunha, caso Lula decida trocar Aldo Rebelo.

O pequeno Ministério da Pesca surge como peça importante no xadrez da reforma ministerial. José Fritsch poderia ser deslocado para o cargo de Miguel Rosseto (Desenvolvimento Agrário), abrindo mais espaço para acomodar os partidos da base do governo e distensionando um pouco a guerra com ruralistas.

O Banco do Brasil é outro cargo importante e que ainda não está definido. Ainda há dúvidas se Rossano Pinto será mantido no cargo ou se o governo optará por Berzoini.

O timing da Reforma Ministerial

O presidente marcou reunião ministerial para os dias 10 e 11 de dezembro. A reunião do PMDB será no dia 12/12. O anúncio da mudança da equipe ministerial está absolutamente indefinido. Concluindo a reforma antes do dia 12, o presidente poderia reduzir as chances de derrota na convenção do PMDB e proporcionar um estímulo para que o Congresso retome as votações, hoje em ritmo lento. Entretanto, criaria problemas para o PMDB. Se o partido receber os cargos antes da convenção e decidir permanecer no governo, poderia ser acusado de fisiologismo, uma pecha da qual a legenda tenta se livrar. Ao fazer a reforma antes da convenção, o presidente poderia correr o risco de perder o apoio do PMDB, o que seria um desastre. Além dos nomes, Lula precisa decidir com cautela o timing da reforma.

Reforma ministerial pode não ser suficiente

A reforma ministerial é muito importante para o governo apaziguar os ânimos no Congresso. Porém, não é condição suficiente. Existem algumas queixas importantes entre os aliados que o governo também precisa superar.

Há muita gente do PT ocupando cargo no governo sem ter competência para tanto. Isso porque o partido reservou a maior parte dos cargos para os filiados à legenda. Como não tem quadros suficientes e não abre espaço para os aliados, o PT acabou nomeando pessoas sem a qualificação que alguns postos exigem.

Na Câmara, muitos parlamentares lembram que apesar de o PT ter 25% do plenário, ganhou participação de 75% nos cargos no governo Lula. E mesmo nos ministérios administrados pelos aliados, os partidos não têm controle completo sobre os cargos. Há quem defenda a verticalização, ou seja, se o partido detém o comando de um ministério, ele deveria ter o direito de escolher postos-chaves e assessores.

Na avaliação de alguns líderes partidários, o grande problema do governo Lula se chama operação. Promessas não cumpridas do governo à base deterioraram a credibilidade do Palácio. O Congresso só vota quando a conta é paga. Para corrigir essa distorção, o operador político do governo deveria atuar de forma mais interativa com o Palácio, de modo a equacionar as demandas dos parlamentares e promessas do presidente. Só assim a coordenação melhoraria e as votações seriam retomadas.

O ministro da coordenação política, Aldo Rebelo, algumas vezes é sufocado pela bancada do PT e, por esta razão, tem dificuldades na articulação política.

Successão no Congresso

Os nomes mais fortes para a sucessão de João Paulo na Câmara são Paulo Rocha, Virgílio Guimarães, Arlindo Chinaglia, José Eduardo Cardozo, Luiz Eduardo Greenhalgh, Paulo Bernardo e Aldo Rebelo, sendo que dois deles têm maiores chances: Chinaglia e Guimarães. Há um risco que merece ser levado em consideração. PMDB, PFL e PSDB poderiam

lançar um candidato para disputar o posto com o PT. Seria uma desmoralização se o PT perdesse o comando da Câmara. No Senado, o nome mais forte continua sendo o de Renan Calheiros. Amir Lando, Romero Jucá e Ramez Tebet são nomes opcionais.

PMDB e o governo

Se a convenção do PMDB fosse hoje, o rompimento com o governo seria aprovado com folga. O clima é de total desapontamento e irritação com o Planalto. Desapontamento pelo fato de considerarem o governo profundamente incompetente no gerenciamento do seu relacionamento político com aliados; irritação por causa de promessas não cumpridas. Caso o governo jogue pesado na atração de setores menos radicalizados poderá, pelo menos, obter o adiamento da convenção ou o adiamento da decisão de rompimento.

O adiamento da convenção para depois das eleições dos presidentes da Câmara e do Senado é, no momento, a melhor decisão. A saída do PMDB da base pode comprometer a unidade dos senadores e favorecer alguma candidatura alternativa, o que seria ruim para o governo e para a cúpula do partido.

Salário mínimo: o governo não aprende

Todo ano é a mesma coisa. O governo sofre grande desgaste por conta do debate em torno do salário mínimo. Entre março e abril deste ano, vários ministros anunciaram um valor diferente para o mínimo. Ricardo Berzoini chegou a dizer que dificilmente seria menor que R\$ 270,00. O presidente Lula, durante duas semanas, reuniu-se com assessores e ministros na tentativa de dar um reajuste superior aos R\$ 260,00. Não conseguiu.

Sequer terminamos o ano, o presidente já fala em um valor de R\$ 300,00. É uma atitude no mínimo imprudente. Isso porque a oposição partirá desse valor como piso para negociar com o governo. Além disso, gera uma expectativa que se, por algum motivo, não for possível atender, trará novo desgaste para o presidente.

O mesmo comportamento teve o presidente na questão do reajuste da tabela do imposto de renda. Chegou a prometer a correção para pessoas físicas e não conseguiu cumprir com a palavra até agora. Acabou editando uma medida provisória dando um abono de R\$ 100,00 para o IR.

O destino de José Dirceu

O Correio Braziliense de domingo informou que o ministro José Dirceu estaria contrariado com os rumos da reforma ministerial e das negociações políticas conduzidas pelo presidente Lula. Por causa disso, consideraria por o cargo à disposição e voltar à Câmara dos Deputados. De acordo com a reportagem, Arlindo Chinaglia, Luiz Dulci e João Paulo, entre outros políticos mais próximos, teriam tentado demovê-lo.

Os movimentos de Lula ao longo do ano indicaram uma sensível perda de prestígio de Dirceu, na medida em que a política econômica começava a apresentar resultados positivos. Lula teria chegado a confidenciar que esperava que ele "não o atrapalhasse mais" depois do episódio Waldomiro Diniz.

Após um início esfuziante, quando conduziu a aprovação da reforma previdenciária em 2003, José Dirceu passou a colecionar equívocos e projetos fracassados.

Coordenou uma reforma ministerial inútil e desgastante no início do ano. Estimulou a fracassada emenda da reeleição dos presidentes da Câmara e do Senado. Complicou-se no episódio Waldomiro Diniz. Promoveu disputas com Antonio Palocci por conta da gestão de recursos orçamentários, além de ter estimulado abertamente críticas à política monetária.

Patrocinou dois projetos fracassados: a fusão da Varig-Tam e a criação do consórcio das teles para comprar a Embratel. Suspeita-se que tenha se envolvido em movimentos da CPI do Banestado que teriam contribuído para a deterioração do relacionamento de Lula com a oposição.

Em vez de dedicar-se à efetiva coordenação do governo, Dirceu criou uma Câmara de Desenvolvimento Econômico que até hoje não teve expressão como fórum alternativo ao debate econômico. Na disputa com Palocci, sustentou Carlos Lessa no BNDES mesmo depois de demonstrado o equívoco de sua nomeação.

Na coordenação política, o chefe da Casa Civil Dirceu nunca deixou o espaço totalmente livre para Aldo Rebelo, que teria alertado o presidente Lula que tal fato aconteceria. Periodicamente Dirceu promove movimentos políticos como o fracassado jantar de Lula com os senadores da oposição.

Sem nenhuma dúvida, José Dirceu foi o principal aliado com quem Lula contou para chegar à Presidência da República. Teve papel essencial na gestão dos radicais, lunáticos e românticos que habitam as várias facções do PT. Foi importante na blindagem inicial de Palocci e da política econômica. É, de longe, uma dos melhores quadros do PT. Porém, como ministro não saiu-se bem.

Político hábil, apesar dos insucessos recentes, o ministro pode contribuir muito para o êxito do governo. Terá que aceitar uma nova dinâmica de poder, onde o seu papel não será mais o de homem forte de Lula e sim o de um dos

recursos importantes do presidente para governar. Talvez o melhor seja deslocá-lo para a liderança na Câmara visando reforçar a base política e dar melhores possibilidades ao andamento das reformas no ano que vem.

Considerando o caráter emocional de Lula, acreditamos que José Dirceu poderá sobreviver a mais esta crise e continuar na Casa Civil. Apesar de saber que ele pode atrapalhar, o presidente tem grande apreço pelo companheiro de muitas batalhas e gostaria de vê-lo enquadrado e reforçando o governo, no lugar de motor de disputas com Palocci e Rebelo.

Análise da Imprensa

Fogo amigo e reforma ministerial

A semana não foi boa para o governo na imprensa. O resultado da reunião do Diretório Nacional do PT deixou a imprensa negativa já na segunda-feira passada. "PT: Palocci deve explicar sua política econômica" foi a manchete do Estado de S. Paulo, que acrescentou: "Partido pede ainda a queda dos juros e o reajuste da tabela do IR". Melhor para o governo foi a decisão do diretório de tirar do presidente Lula qualquer responsabilidade por derrotas nas eleições municipais. A Folha publicou na manchete: "PT isenta Lula de culpa por derrotas nas eleições". O Globo informou que "críticas à política econômica haviam circulado durante os dois dias de reunião do diretório, mas não entraram no texto final. Uma das únicas concessões feitas aos descontentes foi a aprovação de um convite para que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, participe do próximo encontro".

Na terça, os jornais vieram menos negativos. A manutenção do embargo russo à carne brasileira tirou o governo e o PT das manchetes. A reforma ministerial mereceu atenção especial. A Folha informou que o presidente do PT, José Genoíno, convidou os ministros petistas para dizer oficialmente a eles que o partido perderá espaço no governo. No restante da semana, não faltaram especulações sobre quem sairia. Ainda na terça, o Correio Braziliense destacou na manchete: "Lula pede cargos aos ministros petistas". O jornal informou que 17 dos 18 ministros do PT compareceram à Granja do Torto, convocados pelo presidente Lula. "E ouviram que o Planalto precisará de alguns dos seus cargos para abrigar integrantes do PP e do PMDB".

O clima continuou ruim na quarta. A reforma ministerial seguiu em destaque. Outro assunto que apareceu em evidência foi a declaração do presidente do Incra, Rolf Hackbart, associando representantes do setor de agronegócio às mortes de trabalhadores rurais no país. O presidente da CNA, Antônio de Salvo, chamou Hackbart de "irresponsável". Já o Estadão publicou na manchete que empresários brasileiros preparavam um documento pedindo mudanças nas negociações comerciais do país. A principal crítica da Fiesp e da Associação de Comércio Exterior do Brasil é a falta de acordos comerciais significativos. Os industriais consideram "fracos" os resultados das negociações com China e Rússia, porque o Brasil teria feito concessões demais e recebido pouco.

Na quinta, o tom da imprensa melhorou um pouco. A ação do governo para conter a queda do dólar estava entre os destaques, assim como o almoço que o presidente Lula teve com o PMDB no dia anterior.

Na sexta, o aumento da gasolina e a nova sinalização de alta de juros por parte do Banco Central foram os responsáveis pela piora do clima. Os jornais destacaram ainda as críticas de aliados ao governo Lula. A Folha ressaltou: "Mercadante acusa governo de abusar da edição de MPs". O Globo publicou: "João Paulo e Mercadante criticam governo". O Estadão trouxe na manchete: "Um dia de fúria dos ex-aliados de Lula". E seguiu: "Brasília viveu ontem um dia de protestos de estudantes, sindicalistas, militantes sem-terra e ex-aliados do PT. O presidente Lula - que não estava na cidade - foi chamado de 'capacho' e 'traidor'". O jornal informou ainda que "o economista Plínio de Arruda Sampaio e o bispo dom Tomás Balduino criticaram duramente o governo".

No sábado, repercutiu a reunião dos governadores do Nordeste e do Pará que manifestaram sua insatisfação com a área econômica do governo, em especial com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, com quem não conseguem marcar audiência para expor suas reivindicações. "É mais fácil falar com o presidente da República, e até mesmo com o Papa, do que com o ministro Palocci", lamentou o governador da Paraíba, Cássio Cunha Lima (PSDB). Os governadores reivindicaram a inclusão de R\$ 9,1 bilhões no Orçamento de 2005 para o ressarcimento dos créditos de exportações dos estados e o pagamento da dívida da União com o Fundef, estimado pelos governadores em R\$ 3 bilhões.

O Correio Braziliense trouxe balanço do pagamento de emendas aos parlamentares nas duas últimas semanas. Com a matéria "Prêmio à rebeldia", o jornal afirma que o PMDB foi o partido que mais recebeu recursos.